



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI/UFAL**

NOTA PÚBLICA

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Alagoas (CONSUNI-UFAL), reunido no dia 28 de março de 2016, manifesta o seu posicionamento acerca da conjuntura política e econômica que toma o Brasil e coloca em risco os direitos civis, políticos e sociais conquistados arduamente pela população brasileira.

A Universidade Federal de Alagoas, instituição plural, democrática, autônoma que tem compromisso com a formação e a produção do conhecimento, posiciona-se em defesa do Estado Democrático de Direito e das instituições republicanas.

O CONSUNI repudia, veementemente, a seletividade e a parcialidade com a qual operadores da justiça brasileira têm conduzido os procedimentos acusatórios, sem a garantia da isonomia enquanto princípio constitucional. A divulgação seletiva de informações a respeito de processos ainda em curso é uma ferramenta política que antecipa o veredito, atribuindo culpa e dolo sem o devido processo legal, ignorando o princípio da presunção de inocência. Tal conduta subtrai o direito ao contraditório que todo acusado possui. A utilização de argumentos jurídicos como subterfúgios para interesses político-partidários destituiu a justiça da imparcialidade mínima necessária para julgar com isenção.

Este conselho reprova os setores da mídia que têm atuado de forma parcial levando à agudização dos tensionamentos políticos que nos remetem aos tempos sombrios do autoritarismo. Os desdobramentos dessa conjuntura têm contribuído para o acirramento, inclusive nas ruas, da intolerância de classe, ideológica, religiosa, étnico-racial, de gênero e regional. Isto é repulsivo face aos avanços democráticos dos últimos trinta anos.

A ameaça aos preceitos constitucionais e aos direitos civis e sociais, se expressa, também, na destinação dos vultosos recursos públicos para pagamentos de juros da dívida, na recusa da sua auditoria como determina a Constituição Federal (Art. 26, ADCT, CF), na desregulamentação dos setores públicos e na sua progressiva privatização, na suspensão de concursos públicos, na flexibilização de direitos trabalhistas historicamente conquistados. A Universidade Brasileira se vê ameaçada pelos cortes orçamentários que atingem diretamente a qualidade das Instituições Federais de Ensino (IFE's), em áreas fundamentais para o crescimento do país, como a ciência, a tecnologia e a cultura, colocando em risco a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, a assistência estudantil e os compromissos contratuais, agudizando as dívidas internas, comprometendo os recursos de capital e custeio, portanto, o seu funcionamento.

O Conselho Universitário da UFAL defende a apuração rigorosa de todas as denúncias de corrupção com a punição de culpados, pautada nos preceitos constitucionais legais vigentes, isenta de discriminação e parcialidade. Declara a disposição da Universidade em lutar pela garantia, intransigente, dos princípios republicanos presentes na Constituição Federal de 1988 e na manutenção do Estado de Direito.

Maceió-AL, em 28 de março de 2016.